

DIFICULDADES PARA O ENSINO DE ARTES: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Maria Janaina Piedade Souza

Graduada em Artes Visuais, com enfoque em Multimídia, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), estuda Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e é concluinte do Programa Especial de Formação Pedagógica (PROFOP), oferecido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: janapiedade@yahoo.com.br

Nadia Aparecida de Souza

Bacharel em Direito e Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Professora convidada na Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR). E-mail: nadia-0402@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina. E-mail: gadir-ld@utfpr.edu.br

Resumo: O ensino de arte nas escolas públicas tem suscitado inquietação entre os professores, que reportam dificuldades na consecução do trabalho pedagógico. Por isso, conhecer e caracterizar as dificuldades enunciadas por eles, professores de arte que atuam em escolas públicas, anos finais do Ensino Fundamental, na efetivação do processo ensino/aprendizagem, é o objetivo que desencadeou a realização de pesquisa descritiva. A coleta de dados decorreu da aplicação de questionário, que foram aplicados para professores de escolas públicas do Norte do Paraná, mais especificamente das regiões periféricas da cidade de Londrina. A análise de dados deu-se pela tabulação e categorização das informações quanto à convergência das ideias registradas. Os resultados revelaram que os professores reconhecem a importância da disciplina de arte para a formação do educando, possibilitando-lhe a apropriação de sua herança cultural; a ampliação de seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo; a formação para a cidadania e a extensão da criatividade. Mas, eles referem a complexidade de ensinar arte nas escolas públicas, principalmente em decorrência de: ausência ou escassez de recursos materiais, indisciplina, insuficiência da carga horária, falta de oportunidade para ampliar a formação profissional e, ainda, desvalorização da área. Enfim, os problemas são numerosos e reais, atravancando as possibilidades de os professores desenvolverem um trabalho mais adequado, resultando muitas vezes em aulas mais explicativas e discursivas, do que participativas. É importante ressaltar que apesar dos obstáculos que particularizam a docência em arte como um desafio constante esses profissionais são resilientes, usando tanto quanto possível a criatividade para burlar os obstáculos impostos pelo cotidiano e para tanto não poupam esforços no exercício da sua profissão.

Palavras-chave: Arte educação, Ensino de arte, Dificuldades de ensino, Professores de arte.

Introdução

A arte está presente na história da humanidade desde o seu princípio e vem evoluindo de acordo com as transformações sociais, conforme se constata na progressão das várias formas de expressão artística no decorrer dos séculos. Independentemente da época e

da forma de expressão, a arte revela peculiaridades de um tempo e características de uma sociedade.

Aprender acerca das várias formas de expressão artística é uma das possibilidades que se oferece para a apropriação da evolução cultural e o desvendamento da realidade e do contexto social. À escola cumpre oportunizar a cada um o contato com as múltiplas formas de manifestação artística, de maneira que todos se apropriem de bens culturais, ampliando as possibilidades de desenvolver uma percepção mais clara e alargada da realidade.

A importância da arte se faz presente nos marcos legais que regem a educação do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) referem-se à importância de assegurar que todos tenham acesso aos processos formativos: formação cultural e apropriação das várias possibilidades de manifestação artística.

Apesar da importância da disciplina de arte, o processo de ensino, aparentemente, ainda não transcorre de maneira a beneficiar a aprendizagem. Os professores têm enfrentado numerosos empecilhos: inadequação da estrutura escolar, escassez de recursos didáticos, indisciplina e desinteresses dos estudantes, inconformidade das estratégias de ensino – fazendo prevalecer, muitas vezes, o conhecimento raso e a perspectiva reprodutivista (CUNHA, 2012). Em decorrência, pergunta-se: quais as dificuldades enfrentadas por professores de arte educação, que atuam em escolas públicas situadas na periferia do Município de Londrina, Estado do Paraná? O objetivo desse estudo é conhecer e caracterizar as principais dificuldades enfrentadas por professores de arte para a consecução do processo de ensino e aprendizagem.

A educação é um fenômeno próprio da humanidade, que instrumentaliza e humaniza o indivíduo para o convívio social, contribuindo para a sua formação, quando o subsidia com os conhecimentos historicamente produzidos pelas gerações precedentes ao longo dos tempos (SAVIANI, 1992). Conforme Nascimento (2012, p.2), a arte é um dos elementos favorecedores do relacionamento do educando “[...] com o meio social de forma mais prazerosa”.

A arte na escola brasileira parece fadada a um papel secundário, pois, apesar do transcorrer do tempo, permanece como suporte para outras disciplinas que integram o currículo (DUARTE JR, 1988; FUSARI, 1992; NASCIMENTO, 2012), mesmo quando os textos legais consignam sua relevância como área específica de conhecimento humano.

Na primeira metade do século XX, as escolas brasileiras vivenciaram numerosas e diversificadas experiências no ensino da arte, com destaque para inserção do canto, tentando não somente difundir a linguagem musical, mas também fortalecer princípios cívicos e regras de convivência social (GOMES; NOGUEIRA, 2008).

Nos anos de 1960 e seguintes, durante a vigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 4.024 (BRASIL, 1961), foi instituída a Educação Musical e, em decorrência, foram firmadas novas “[...] diretrizes para a política educacional e [foram definidas] orientações que redesenharam a proposta curricular” (GOMES; NOGUEIRA, 2008), mesmo que, na realidade, os currículos permanecessem quase inalterados, principalmente em derivação da carência de recursos materiais e humanos (NASCIMENTO, 2012).

A Lei n. 5.692 (BRASIL, 1971), por sua vez, inseriu o ensino da arte no currículo, sob a designação Educação Artística. Destituída de seu caráter disciplinar, a arte passou a ser apenas uma atividade educativa. Na época, muitos problemas se impuseram, principalmente como resultado da vinculação estabelecida entre “[...] conhecimentos básicos de arte e método para apreendê-los durante as aulas, sobretudo nas escolas públicas” (GOMES; NOGUEIRA, 2008, p.584).

A Constituição Brasileira atual (BRASIL, 1988, art. 205) registra que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, o processo educativo é decorrência de parceria estabelecida entre diferentes atores, no intuito de oferecer às novas gerações as bases necessárias para se constituir cidadão, exercendo plenamente seus direitos e deveres.

A Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996), última Lei de Diretrizes e Bases promulgada no país, conforme nova redação, consignada na Lei n. 12.287 (BRASIL, 2010) estabelece em seu parágrafo segundo que: “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Arte, mesmo reintegrada ao currículo como disciplina, continua a enfrentar problemas diversos para ganhar espaço e condições de ensino nas escolas. Por isso, conforme Gomes e Nogueira (2008, p.585), “[...] apesar do ‘avanço’ desta lei, a escola e o sistema educativo atual têm enfrentado desafios que transcendem a dimensão estrutural do currículo e

a dinâmica das metodologias de ensino”. Magalhães (2002) afirma serem numerosos os problemas, principalmente no que tange a aspectos conceituais e metodológicos.

A Lei n. 2.732 (BRASIL, 2008), dispõe acerca do ensino de música na educação básica, inserindo alterações na Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996). Em seus parágrafos sexto e sétimo, informa a obrigatoriedade do ensino de música e a necessidade de ser efetivado “[...] por professores com formação específica na área”.

Apesar do *status* conquistado e da atenção legal que lhe foi conferida, a arte não tem sido considerada relevante no contexto do processo pedagógico, o que é facilmente constatado pela “[...] contratação de profissionais não ou pouco qualificados, e num certo menosprezo da arte em relação às outras disciplinas mais tradicionais” (GOMES; NOGUEIRA, 2008, p.587).

Todavia, o ensino de arte tem o poder de divulgar e incentivar a cultura popular, de propagar saberes oriundos da herança cultural, evitando a perda das tradições culturais que formam a identidade de um povo. Os Parâmetros Curriculares para o ensino de arte (BRASIL, 1997), por sua vez, registram que:

O aluno desenvolve sua cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de ideias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de arte manifestados nesse processo dialógico.

Ensinar e aprender arte são ações importantes no contexto escolar e, também, no contexto social. A herança cultural de um povo não pode ser limitada a alguns, mas precisa e deve ser disponibilizada a todos. Tentativas para assegurar que esse compromisso se convertesse em realidade demandaram alterações nas práticas escolares e nas legislações educacionais.

Esforços foram e vêm sendo feitos pelos profissionais que atuam no campo educacional, mas não parecem suficientes para que a ação docente atenda as necessidades de aprendizagem dos alunos, “[...] uma vez se questiona a qualidade do ensino artístico em muitas escolas por lhes faltarem infraestrutura, material de apoio e professores qualificados” (GOMES; NOGUEIRA, 2008, p.587).

A valorização dos conhecimentos relativos à área de arte é inegável, quando sob foco os documentos legais e os discursos oficiais. Também é evidente que, ao longo dos séculos, o ensino de arte foi conquistando espaço no ambiente escolar e assumindo contornos de relevância. Todavia, é patente que muito precisa ser feito para que, de fato, condições

materiais e humanas sejam garantidas para que possa cumprir seus objetivos.

Metodologia

O estudo pautou-se em método indutivo, pois principia de constatações mais particulares e singulares, avançando para planos mais e mais abrangentes (LAKATOS; MARCONI, 2009). Em decorrência do objetivo firmado, a pesquisa se configurou descritiva, pois os fatos e situações sob foco não sofreram qualquer forma de intervenção, mas foram apenas acompanhados e constatados nos dizeres dos participantes que concederam responder ao questionário proposto (PRODANOV; FREITAS, 2013), depois de firmarem Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A opção pela aplicação do questionário adveio deste instrumento possibilitar o levantamento de informações acerca das dificuldades do ensino de artes. Entregue a 55 professores, atuantes em 15 escolas públicas localizadas na periferia da cidade de Londrina, Estado do Paraná, 11 questionários retornaram, devidamente preenchidos. Lamentavelmente, nem todos puderam participar.

O questionário dispunha de duas partes. A primeira, solicitava dados pessoais dos participantes, como nome, idade, formação, experiência profissional. A segunda parte, composta por questões fechadas e abertas, atinha-se ao objeto investigado: (a) importância que os professores conferem à disciplina de arte e as razões dessa importância; (b) dificuldades enfrentadas para o ensino de arte; e, (c) indicativos que sugerem que o ensino de arte é relegado a plano secundário.

As respostas dos participantes foram tabuladas e ofereceram um panorama relevante no concernente à realidade vivenciada por professores e alunos de arte, em escolas públicas alocadas na periferia londrinenses. As condições de trabalho e as dificuldades informadas não são poucas e, mesmo constatadas em pleno século XXI, não diferem muito daquelas já relatadas em tempos passados.

O levantamento de informações foi realizado com onze professores regentes da disciplina de artes de escolas públicas de Londrina. Os participantes tinham idades que variavam entre trinta e cinquenta e oito anos. A maioria dos respondentes estava na casa dos

trinta anos (seis), restando quantitativo menor na casa dos 40 anos (três) e dos cinquenta anos (dois).

O tempo de exercício docente no campo de ensino da arte é variável, na classificação de gênero a predominância é feminina, a formação dos integrantes da pesquisa é de nível superior.

As repostas foram agrupadas em cinco tópicos: apropriação de herança cultural, ampliação do desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, formação para cidadania, domínio de conhecimentos e extensão da criatividade.

Resultados e discussões

Embora a disciplina de artes seja notavelmente valorosa para formação do aluno, seu ensino enfrenta diversas dificuldades: Muitas das dificuldades informadas não estão restritas ao ensino de arte. As escolas públicas brasileiras apresentam, salvo algumas exceções, condições bastante precárias para a acomodação dos estudantes e para a efetivação de um ensino mais participativo, principalmente quando este exige o uso de recursos materiais ou espaços específicos – como uma sala de arte, um laboratório de química, uma biblioteca, dentre outros (MILANI, 2008; PENA 2017; PIZZI; ARAÚJO; MELO, 2012; SAMPAIO; MARIN, 2004).

A maior parte dos participantes respondeu sim quando indagados se sentem dificuldades para ensinar artes, informando algumas daquelas com que se deparam no dia a dia de trabalho. Os resultados revelam que ensinar arte é um desafio a ser enfrentado constantemente pelos professores, pois os problemas decorrentes de atuar em escolas estruturalmente fragilizadas, pela escassez de recursos materiais e humanos, pelas mudanças impostas por legislações e determinações sobre as quais os profissionais da escola não têm qualquer ingerência, são reais e impactam na sala de aula.

No que concerne ao ensino de arte, outras dificuldades se somam. Os professores escreveram em suas respostas o quão complexo é o desenvolvimento de suas aulas em decorrência de problemas como: (1) ausência ou escassez de recursos materiais (46%), (2) indisciplina (26%), (3) reduzida carga horária (11%), (4) falta de oportunidades para ampliar a

formação profissional (10%), e, ainda, (5) desvalorização profissional (7%).

As respostas informaram cinco razões. A mais citada foi ausência ou escassez de recursos materiais. A ausência de local específico, como uma sala de artes, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e, também, de recursos materiais (como: lápis de cor, giz de cera, tinta guache, pincéis, papéis de maior gramatura, telas, dentre numerosos outros) foi um dos problemas citados pelos respondentes. Conforme Ferreira e Lana (2009, p.44, destaque dos autores),

[...] “alguns” profissionais da educação acreditam que o professor de artes não precisa de uma sala ambiente, tratam esta disciplina de forma preconceituosa, insinuando que não tem a importância da matemática e/ou português, pois geralmente não reprova, servindo apenas como lazer, complemento de atividades ou confecção de painéis.

Entretanto, dispor de um espaço adequado é importante em decorrência das exigências inerentes às atividades práticas a serem levadas a termo, assim como é fundamental ter em mãos os recursos materiais que permitam ao estudante “[...] experimentar novas possibilidades, explorar novas práticas e materiais e instigando-os a olhar sobre os espaços de forma diferenciada” (FERREIRA; LANA, 2009, p.44).

Os locais destinados ao ensino e à aprendizagem de arte, no ambiente escolar, devem possibilitar espaço para movimentação e acomodação, dispor de prateleiras que exibam os recursos, assim como lugares que exponham os trabalhos concluídos. Ferreira e Lana (2009, p.45) registram que “espaços apertados inibem a expressão artística, enquanto espaços suficientemente amplos favorecem a liberdade de expressão”.

A segunda dificuldade mais citada foi indisciplina, a se revelar em comportamentos como desinteresse, desrespeito, desobediência e desordem. Entretanto, esse problema não é enfrentado apenas por professores que atuam com a disciplina de arte. Os professores se queixam da indisciplina de seus alunos e reputam, muitas vezes, ao próprio desempenho o desinteresse e a perda de autoridade, bem como, a déficits de formação familiar (MILANI, 2008; PENA, 2017; SANTOS; ROSSO, 2012; SILVA; ABUD, 2016; SILVA et al., 2010).

A terceira razão informada como geradora de dificuldades foi a reduzida carga horária aliada ao número excessivo de alunos em sala. Conforme Jesus e colaboradores (2008,

p.3), mesmo na atualidade, práticas polivalentes são efetivadas pelos professores no ensino de artes, que precisam lidar, ainda, com “[...] horária insuficiente. Esses problemas acabam reduzindo o ensino de artes, e das demais linguagens, a atividades superficiais, alheias a um propósito educacional realmente significativo”.

Afora o quantitativo reduzido de aulas semanais dedicadas ao ensino de arte, os professores precisam deslocar-se de uma turma para outra levando os recursos materiais essenciais ao trabalho de conhecimentos que demandam – em diferentes momentos – a vivência, a experimentação, a prática. Isso consome tempo para recolher e guardar materiais em uma das turmas para, depois, retirá-los e distribuí-los em outra. Ferreira e Lana (2009, p.45) ponderam que “[...] uma das dificuldades do professor em trocar de salas é a impossibilidade do uso de diversos materiais, que é uma das propostas da arte, com propostas de trabalhos diferenciadas”.

Para Bittar (2007), a carga horária pode ser apontada como uma das formas de desvalorização do professor de arte, principalmente quando se analisa o horário das aulas. No máximo são atribuídas duas horas aulas semanais para a disciplina, geralmente alocadas em dias diferentes, dificultando a continuidade do trabalho docente e sobrecarregando o professor.

A falta de oportunidades para ampliar a formação profissional foi outra das queixas anotadas pelos respondentes. Eles registram que sua formação é centrada em uma especialidade, mas precisam atuar integrando as várias linguagens artísticas: artes visuais, teatro, dança e música, o que se evidencia muito complexo no cotidiano da sala de aula. Ainda, eles referem a dificuldade de tempo para realizar cursos, se não ocorrerem liberações de carga horária por parte dos entes públicos.

Para Ferreira e Lana (2009, p.6), é essencial que os professores de arte se comprometam em, “[...] com aprender mais para ensinar melhor”, principalmente porque reconhecem o profissional da educação como “[...] um tecedor de conhecimentos, semeador de ideias e práticas, que sonham contribuir para um futuro melhor [...]”. Para tanto, é fundamental contar com professores em permanente formação, em constante aperfeiçoamento.

Finalmente, os respondentes registram que a desvalorização profissional é outra das dificuldades que vivenciam em seu labor. Biasoli (1999, p.80) registra que o enfraquecimento

do ensino de arte resulta de processo histórico, que lhe imputou a peja de trabalho manual e lhe negou o *status* de forma de conhecimento, de maneira que, “o conhecimento, historicamente, está relacionado ao racional, à alma, e é tido como algo superior, ao passo que a arte está relacionada ao corpo, ao sensível e, por isso, é considerada algo inferior”.

Conclusões

Conhecer e caracterizar as dificuldades do ensino de artes, levando-se em consideração as recorrentes inquietações dos professores desta disciplina, foi meta desse estudo. É sabido que algumas dessas dificuldades concernem não somente ao ensino específico de artes, mas também as demais disciplinas que integram o currículo dos estudantes secundaristas, devido a problemas estruturais que abarcam todo o sistema educacional brasileiro.

Percebeu-se que ensinar artes é um desafio constante frente a tantas dificuldades enfrentadas. Dentre os obstáculos levantados destacaram-se alguns, sobressaindo a ausência ou escassez de recursos materiais, a indisciplina, a carga horária reduzida, a falta de oportunidades para ampliar a formação, além da desvalorização profissional.

Os problemas são numerosos e reais, travancando as possibilidades de os professores desenvolverem um trabalho mais adequado. O tempo reduzido para ministrar a disciplina é um fator incontestado, pois o ensino de arte é, aparentemente, minimizado nas repercussões impressas na formação do educando. Somado à reduzida carga horária, a ausência de espaços específicos (sala de artes) exige que o professor perca tempo reunindo e deslocando recursos didáticos ou, pior, abdique deles – contentando-se com aulas mais explicativas e discursivas, que participativas.

A escassez de recursos para a educação repercutiu no sucateamento das escolas no decorrer dos últimos anos e impactou diretamente no ensino de arte. Não há salas preparadas para atenderem as demandas da disciplina, não há recursos mínimos na maioria das escolas – e estes precisam ser adquiridos pelos professores e/ou pelos alunos. E vale lembrar que, por maior que seja o esforço e a criatividade dos professores, há limites para o que ele pode fazer no ensino de arte quando não estão disponíveis os recursos materiais necessários.

Os professores, apesar da formação inicial e continuada, elucidam que precisam de mais para se manterem atualizados e aperfeiçoarem seus conhecimentos teóricos e práticos relativamente a temas que reconhecem mais complexos ou para os quais se percebem menos preparados, em termos de docência. Todavia, por atuarem em muitas escolas, para conseguirem completar a carga horária semanal, dificilmente conseguem ser contemplados em seus pedidos de licença para consecução de estudos complementares.

As dificuldades anunciadas pelos professores participantes do estudo evidenciam a complexidade do trabalho desenvolvido por eles e particularizam a docência em arte como um desafio constante. Esses profissionais são resilientes, usando tanto quanto possível a criatividade para burlar os obstáculos impostos pelo cotidiano. Eles ministram os conteúdos que lhe são propostos, incentivando a disseminação da cultura e para isso não poupam esforços no exercício da sua profissão.

REFERÊNCIAS

BIASOLI, Carmem Lúcia Abadie. **A formação do professor de arte: do ensaio à encenação**. Campinas: Papirus, 1999.

BITTAR, Valéria Maia soares. Concepções de práticas de professores de artes visuais. 2007. 145 f. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. D

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e ratificado em 28 dez. 1961.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. **Leis**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.287**, de 13 de Julho de 2010. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112287.htm>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CUNHA, Júlia Maria de Jesus. Ensino de Artes: dificuldades, experiências e desafios.

Periódico de Divulgação Científica da FALS, Praia Grande, ano VI, n. XIV, p.1-20, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.fals.com.br/revela18/REVELA%20XVII/art_exp05_14.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

DOS SANTOS, Patrícia Maria. Mulher e magistério: um estudo sobre o desfazimento de uma concepção cultural através dos tempos. **Revista Magistro**, v. 2, n. 10, 2014. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/magistro/article/view/2588/1226>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

DUARTE JR, João Francisco. **Por que Arte-Educação?** 5 ed. Campinas: Papyrus, 1988.

FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira; LANA, Ivan Nys Ribeiro. Inquietações e razões para o ensino da arte. Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica do Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, v. 15, n. 2, p. 44-51, ago./dez. 2009. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/#>>. Acesso em: 5 mai. 2017.

GOMES, Karina Barra; NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. Ensino de arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p.583-596, out./dez. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000400006>. Acesso em: 5 out. 2016.

JESUS, Cláudia Oliveira de; FRANÇA, Adeílson; CARNEIRO, Elane Teles; JORDÃO, Fabrícia Cabral de Lira; FREITAS, Sicília Calado. O ensino de artes visuais nas escolas públicas de Alhandra: uma proposta de formação continuada para os professores do ensino fundamental. In: Anais/Catálogo de Resumos do X Encontro de Extensão Universitária. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, p. 1-3.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**:

procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHÃES, Ana Del Tabor. Ensino de arte: perspectivas com base na prática de ensino.

In: BARBOSA, A. M. (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

MILANI, Noeli Zanatta. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Revista Roteiro**, v. 33, n. 21, p. 77-100, 2008. Disponível em:

<<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/320/69>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

NASCIMENTO, Vanderléia Santos de Jesus. **Ensino de Arte**: contribuições para uma aprendizagem significativa, 2012, p. 1-12. Disponível em:

<<http://happyslide.org/doc/388200/ensino-de-arte--contribuicoes-para-uma-aprendizagem>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

PENA, Carlos R. Arte e seu ensino: desafios da contemporaneidade. **8ª Jornada Científica e Tecnologias do Ifsuldeminas. 5º Simpósio de Pós-Graduação**. Rio de Janeiro, p. 1-4, 2017. Disponível em:

<<https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcpas/jspas/paper/viewFile/2198/2077>>.

Acesso em: 30 mai. 2017.

PIZZI, Laura Cristina Vieira; ARAÚJO, Isabela Rosália Lima de; MELO, Wanessa Lopes de Melo. **A precarização na sala de aula: reflexões sobre seus efeitos na ótica docente**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 9, n. 18 p.135-151, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Consulta em: 5 abr. de 2017.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. Educação e Sociedade, v. 25, n. 89, p. 1203-1224, 2004. Disponível em: <<https://revistadogel.gel.org.br/rg/article/view/548>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SANTOS, Edvander Ramalho dos; ROSSO, Ademir José. A indisciplina escolar nas representações sociais de professores paranaenses. **Psicologia Educacional**, São Paulo, n. 34, p. 127-157, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da Educação. **Pedagogia Histórico-Crítico**: primeiras aproximações. 3 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992, p. 19-30.

SILVA, Elisabeth Ramos da; ABUD, Maria José Milharezi. As representações docentes sobre as causas da indisciplina na escola: de quem é a culpa? **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 87-016, 2016. Disponível em: <<https://revistadogel.gel.org.br/rg/article/view/548/953>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SILVA, Elizangela Aparecida da; OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues; SCARABELLI, Letícia; COSTA, Maria Lorena de Oliveira; OLIVEIRA, Sâmyla Barbosa; SANT'ANNA, Vera Lucia Lins. Fazendo arte para aprender: a importância das artes visuais no ato educativo. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 95-104, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4850/5029>>. Acesso em: 12 jun. 2017.